

AVISO

Encerramento administrativo e imediato do estabelecimento de apoio social, não licenciado, sem denominação, propriedade de Ondas D' Afeto - Serviços de Geriatria Unipessoal Lda., sito em Av. Fernão de Magalhães n.º 816, Bonfim, concelho e distrito do Porto.

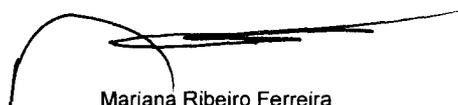
Em conformidade com o estipulado nos art. 35.º e 36.º do Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, e dando cumprimento ao disposto na alínea b), do n.º 1 e n.º 3 do art. 40.º do citado diploma legal, torna-se público que, pela Deliberação n.º 279/12, de 20 de novembro, do Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, I.P., e ao abrigo do preceituado no supra citado art.º 35.º, foi ordenado o encerramento administrativo imediato do estabelecimento de apoio social não licenciado com fins lucrativos, que exerce atividade do âmbito da Segurança Social, mediante o desenvolvimento da resposta social de estrutura residencial para pessoas idosas, sem denominação, propriedade de sociedade por quotas denominada "Ondas d' Afeto - Serviços de Geriatria Unipessoal Lda.", com o NISS 25095483697 e NIF 509548369, cujo único sócio é José Nuno Ferreira de Magalhães, nascido a 1987/04/30, portador do BI n.º 13283900, e detentor do NISS 12021535810 e do NIF 232352542, sito em Av. Fernão de Magalhães n.º 816, Bonfim, concelho e distrito do Porto, por se ter verificado que este estabelecimento se encontra a funcionar com deficiências graves nas condições de instalação, segurança, funcionamento, salubridade, higiene e conforto, representando perigo potencial para os direitos dos utentes e a sua qualidade de vida.

A reabertura do estabelecimento ou a prossecução da atividade de apoio social de forma ilegal, contrariando esta deliberação, faz incorrer o proprietário em crime de desobediência, previsto e punido, nos termos da alínea b), do artigo 348.º do Código Penal.

Nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 40.º do Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, o presente aviso deve permanecer afixado pelo prazo de 30 dias, advertindo-se que quem, deliberadamente, através da sua ação, impedir a afixação ou a permanência do presente aviso pelo período indicado, é passível de incorrer em procedimento criminal, nos termos do disposto nos artigos 347.º e 357.º do Código Penal, respetivamente.

Lisboa, 20 de novembro de 2012

P'ó Conselho Diretivo



Mariana Ribeiro Ferreira
Presidente